



O sujeito indeterminado em sentenças finitas do português brasileiro


The indefinite subject in Brazilian Portuguese finite sentences

Gian Luigi De Rosa

Università degli Studi Roma Tre

Roma, Itália

gianluigi.derosa@uniroma3.it

<https://orcid.org/0000-0001-7938-5203> 

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a representação do sujeito de referência indefinida em sentenças finitas do português brasileiro (PB) em amostras de escrita padronizada (a partir dos estatutos das academias literárias brasileiras do século XVIII), de escrita jornalística e de fala especializada, focando na passagem do século XIX ao século XX, quando, conforme Tarallo (1993) e Pagotto (1998), entre outros, assistimos à emergência de uma gramática brasileira. O objetivo é mostrar que, em relação à representação do sujeito indeterminado, o fenômeno possa se considerar um reflexo da mudança paramétrica respeito ao parâmetro Pro-Drop (PB como língua Pro-Drop parcial), cuja consequência é uma mudança na representação dos sujeitos pronominais de referência definida. Ao longo do século XX, observou-se no PB a implementação na representação do sujeito indeterminado (genérico e arbitrário) de formas pronominais nominativas expressas (Você e a gente) em detrimento do uso das formas padronizadas para a indeterminação do sujeito: SE (3PS), 3PP \emptyset e da IPP^{mos}. Todavia, apesar dessa implementação, em gêneros textuais orais e escritos [+monitorados], se oscila ainda entre uma gramática mais inovadora e uma gramática mais conservadora, apresentando ainda formas que estão em desuso ou são pouco utilizadas na fala.

Palavras-chave: sujeitos indeterminados; referência arbitrária; referência genérica; parâmetro pro-drop; variação morfossintática.

Abstract: This paper aims to analyse the representation of the indeterminate subject in Brazilian Portuguese (BP) finite sentences in samples of standardised writing (based on the statutes of the 18th century Brazilian literary academies), journalistic writing and specialised speech, focusing on the transition from the 19th to the 20th century, when, according to Tarallo (1993) and Pagotto (1998), among others, we saw the emergence of a Brazilian grammar. The aim is to show that, with regard to the representation of the indeterminate subject, the phenomenon can be considered a reflection of the parametric change with regard to the Pro-Drop parameter (BP as a partial Pro-Drop language), the consequence of which is a change in the representation of pronominal subjects with definite reference. Throughout the 20th century, the representation of the indeterminate subject (generic and arbitrary) in BP was implemented using express nominative pronominal forms (Você and a gente) to the detriment of the use of standardised forms for indeterminate subjects: SE (3PS), 3PP \emptyset and IPP^{mos}. However, despite this implementation, in oral and written textual genres [+monitored], it still oscillates between a more innovative grammar and a more conservative grammar, still presenting forms that are in disuse or little used in speech.

Keywords: indeterminate subjects; arbitrary reference; generic reference; null subject parameter; morphosyntactic variation

I. Introdução

O presente artigo pretende analisar a representação do sujeito de referência indefinida em sentenças finitas do português brasileiro (PB) em amostras de escrita padronizada e de fala especializada, focando na passagem do século XIX ao século XX, quando, conforme Tarallo (1993), entre outros, assistimos à emergência de uma gramática brasileira.

O objetivo é mostrar que, em relação à representação do sujeito indeterminado, se passa de um emprego, quase prevalente, de duas estratégias (3PP, sem explicitação do sujeito, e o clítico SE), nos séculos XVIII/XIX, a um emprego de mais estratégias, com uma implementação de formas pronominais nominativas, nos séculos XX e XXI, e que esse fenômeno possa se considerar um efeito colateral da mudança paramétrica respeito ao parâmetro pro-drop (PB como língua pro-drop parcial), cuja consequência principal é uma mudança na representação dos sujeitos pronominais de referência definida. Estudos recentes sobre a representação de sujeitos de referência indeterminada no português brasileiro (PB) evidenciaram a preferência por formas pronominais nominativas de referência genérica¹ e arbitrária², preferencialmente expressas, nas sentenças finitas da fala culta urbana, da fala divulgativa e semidivulgativa *web-mediated*, da fala popular e a implementação de emprego dessas formas inovadoras em sentenças finitas na escrita padrão (Kato e Tarallo 1986; Duarte 1993, 1995, 2000, 2007, 2012; Cavalcante 1999, 2007; Duarte e Lopes 2002; Duarte, Kato e Barbosa, 2003; Couto, 2005; Vargas, 2010, 2012; Marins, Soares da Silva e Duarte, 2017; Amaral e Mihatsch, 2023; Avelar, 2023; De Rosa e Desantis, no prelo).

O declínio progressivo do emprego de estratégias standard de indeterminação do sujeito nas variedades cultas urbanas do PB (PB neo-standard)³ – SE indefinido (apassivador/indeterminador) e 3PP com sujeito nulo – e o aparecimento e a implementação de estratégias de indeterminação inovadoras e alternativas – formas nominativas (preferencialmente expressas): VOCÊ, A GENTE, NÓS e ELES⁴ – deve ser considerado um efeito colateral, conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 110), da mudança do parâmetro do sujeito nulo (Chomsky 1981, 1995). Com essa mudança, que não afeta o PB standard, o PB neo-standard passaria de língua pro-drop a língua pro-drop parcial (Kato, 1999).⁵ De fato, se o português europeu (PE) e o PB standard podem ser consideradas línguas positivamente marcadas para o parâmetro pro-drop, apresentando uma preferência para sujeitos nulos, tanto de referência definida quanto de referência indeterminada, o PB neo-standard apresenta uma preferência pelo preenchimento da posição de sujeito com formas pronominais.

Com base no exposto e tendo como referência teórica a teoria da mudança linguística proposta por Weinreich, Labov e Herzog (2006), associada à teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981, 1995), propomos fazer um levantamento das estratégias de indeterminação do sujeito no PB, ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, em amostras do Discurso Institucional [+monitorado] e do Discurso Especializado *web-mediated* e comparando os nossos resultados com os resultados de Cavalcante (1999) e de Duarte (2007).

1 “[W]e identify the generic reference subjects, which correspond to those whose reference cannot be determined by the text/discourse, being unlimited, in the sense that it can refer to an infinite set of entities (...)” (Marins, Soares da Silva e Duarte, 2017, p. 151).

2 “By arbitrary reference, we mean subjects that cover a finite set of entities or an individual, whose identification cannot be individualized in the discourse (...)” (Marins, Soares da Silva e Duarte, 2017, p. 152).

3 O PB neo-standard é a variedade de PB de uso comum, empregada por falantes cultos urbanos brasileiros e que pode se considerar como um novo standard em formação, cujas construções, formas e realizações mais salientes se registram também nos gêneros textuais falados e escritos mais monitorados (De Rosa, 2011, 2012).

4 Essas estratégias indicam a possibilidade de formas pronominais – que em princípio apresentam uma referência determinada – de representar sujeitos de referência indeterminada, recebendo “uma interpretação figurada por um processo que poderíamos chamar de metáfora de pessoa” (Ilari, Franchi, Neves e Possenti, 1996, p. 95).

5 As línguas que permitem a omissão do sujeito gramatical, como o italiano, chamam-se línguas de sujeito nulo (ou línguas pro-drop), enquanto as línguas que não permitem a omissão do sujeito, como o inglês, chamam-se línguas de sujeito obrigatório (ou línguas não pro-drop).

A hipótese principal que orienta nossa análise é a de que, dependendo da tipologia de amostra e do período analisado, devemos encontrar, pelo que se refere à representação de sujeitos de referência indeterminada, uma gramática mais conservadora, com uma preferência pelo uso de estratégias standard, na amostra de escrita academicista (século XVIII); uma gramática mais ou menos conservadora nas análises de escrita jornalística (séculos XIX e XX) e uma gramática levemente menos conservadora na amostra de transcrições dos *Academic talk videos* (século XXI).

No parágrafo 2 (e em seu subparágrafo), apresentaremos a classificação do fenômeno de indeterminação do sujeito na perspectiva das Gramáticas Tradicionais Normativas; no parágrafo 3 (e seus subparágrafos) falaremos sobre a emergência de uma gramática brasileira entre os séculos XIX e XX; no parágrafo 4, traremos os resultados obtidos na amostra do século XVIII e do século XXI, comparando-os com os resultados de Duarte (2007) e Cavalcante (1999), em suas respectivas pesquisas (nesse momento faremos alguns comentários acerca dos estudos); as conclusões são uma síntese crítica dos resultados.

2. A indeterminação do sujeito e a gramática normativa

No século XIX, período em que se consolidam grandes mudanças de natureza sintática e emerge uma gramática brasileira (Tarallo, 1992; Pagotto, 1998), acontecem, entre outros, dois fatos muito importantes, o primeiro, em 1826, quando

José Clemente propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em 'linguagem brasileira', e o segundo, em 1827, quando 'houve um grande número de discussões sobre o fato de que os professores deveriam ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional' (Guimarães, 2005, p. 25).

Isso revela que no parlamento brasileiro se sentia a necessidade de formular a questão da língua nacional do Brasil.

2.1 A gramática tradicional luso-brasileira

Nas gramáticas normativas portuguesas e brasileiras, fala-se de sujeito indeterminado quando “o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento” (Cunha & Cintra, 1985, p. 128).

A Gramática Tradicional (GT) indica como únicas estratégias para a representação de sujeitos de referência indeterminada em sentenças finitas:

- a) a 3PP com sujeito não expresso (1 e 2), com verbos transitivos diretos;
- b) o clítico SE+3PS com verbos transitivos indiretos (3), verbos intransitivos (4) ou verbos transitivos diretos com uso intransitivo (5) ou a coocorrência das duas estratégias (6):
 - (1) *Ø Contaram-me*, quando eu era pequenina, a história duns naufragos, como nós.
 - (2) *Ø Reputavam-no* o maior comilão da cidade.
 - (3) *Precisa-se* do carvalho; não se *precisa* do caniço.
 - (4) *Ainda se vivia* num mundo de certezas.
 - (5) *Comia-se* com a boca, com os olhos, com o nariz.
 - (6) Na Casa *Ø pisavam* sem sapatos, e *falava-se* baixo.⁶

⁶ Todos os exemplos são extraídos de Cunha e Cintra (1985, pp. 128-129).

De fato, na tradição gramatical luso-brasileira (Cunha e Cintra, 1985, pp. 128-129; Bechara, 1977, p. 200; Rocha Lima, 1972, pp. 236; Mateus et alii, 2003, p. 283) se indicam quase exclusivamente essas duas estratégias, às quais Bechara (1977, p. 200) acrescenta a 3PS com sujeito não expresse, mas limitada ao verbo dizer: “Ø Diz que eles vão bem” e Inês Duarte (2003, p. 283) acrescenta, para o PE, a 2PS_{gen} com pronome não expresse “Ø Ajudas sempre os amigos e apesar disso eles criticam-te”.

Quanto à classificação do clítico SE com verbos transitivos diretos (3PS e 3PP), a gramática normativa considera o “SE” como um apassivador. Sendo assim, tratando-se de uma passiva sintética (ou passiva pronominal), esta não é incluída nas estratégias de indeterminação do sujeito:

- alugam-se casas
- *aluga-se casas

Todavia, são diversos os autores, entre os quais Bechara (2004), que inserem também o clítico SE com verbos transitivos diretos, ‘com’ ou ‘sem’ concordância, entre as estratégias de indeterminação do sujeito:

[O] se como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados por objeto direto –, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas* = ‘alguém tem casa para vender’) e de ligação (*É-se feliz*). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo: *Vendem-se casas* (= ‘casas são vendidas’) → *Vendem-se casas* (= ‘alguém tem casa para vender’) → *Vende-se casas* (Bechara, 2004, p. 178).

Outros autores, como Antenor Nascentes (1938), Said Ali (1965) e Mattoso Câmara Jr. (1976), afirmam que as construções com o clítico SE com verbos transitivos diretos não devem ser consideradas de sentido passivo. Raposo (2020, p. 2477) conclui “que essas construções são ativas, funcionando o pronome se como sujeito”. Às mesmas conclusões chegam Raposo e Uriagereka (1996, p. 800), que designam a passiva sintética como SE indefinido.

Scherre (2005, p. 80) afirma que “[a] forma verbal nas estruturas denominadas passivas sintéticas é variável e ocorre, segundo a tradição por ‘atração ou por falsa concordância com o objeto direto’” (...) em função do conhecimento da gramática normativa da língua portuguesa”, assim como Peres e Mória (1995, pp. 234-235), que consideram ambas as construções, com e sem concordância entre o verbo e o seu argumento interno, aceitáveis. Também Duarte (2013, p. 447) afirma que, na 3PS, o SE apassivador e o SE indeterminador compartilham o traço de indeterminação.

Por conseguinte, no que diz respeito à nossa análise, seguindo Egerland (2003), Marins, Soares da Silva e Duarte (2017) e Holmberg e Phimsawat (2017), dividimos as estratégias de indeterminação em três grupos diferentes, considerando as estratégias mais conservadoras e as mais inovadoras:

- 3PP_{arb/excl} SE+3PP e o pronome ELES, preferencialmente expresse no PB neo-standard; (exclui o locutor);
- 3PS_{+/-gen +/-incl} SE+3PS, Ø+3PS e o pronome VOCÊ, preferencialmente expresse; (pode incluir ou não o locutor e o alocutário);
- IP_{gen/semi-incl} os pronomes EU, NÓS e A GENTE, com a forma pronominal A GENTE em considerável vantagem sobre a forma NÓS no PB neo-standard. (inclui necessariamente o locutor, mas pode incluir ou não o alocutário)

Nessa tripartição, tivemos em conta a referência arbitrária, que exclui o locutor, a referência genérica, que inclui o locutor (Egerland 2003) e a inclusão, semi-inclusão ou a exclusão do alocutário (Holmberg e Phimsawat 2017).

3.A emergência de uma gramática brasileira

Em 1826, o deputado José Clemente propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em “língua brasileira”. Em 1827, houve muitas discussões sobre o fato de que os professores deveriam ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. De uma certa forma, o que emerge é que até a independência, nunca se cogitou uma questão relativa a um standard, a uma norma brasileira. De fato, foi só com a independência que “questões relativas à modernização do país, à educação dos cidadãos e à definição de uma identidade brasileira começaram a se colocar” (Duarte, 2023, p. 32).

A questão da língua portuguesa no Brasil, que já era língua oficial do Estado, se põe a partir desse momento como uma forma de transformá-la de língua do colonizador em língua da nação brasileira, de língua madrastra a língua materna, com a sobreposição da *língua oficial* e da *língua nacional*.

No parlamento brasileiro, surge a questão sobre qual deveria ser o modelo de língua a ser adotado na escrita nacional. Deveria a escrita refletir as características da fala culta brasileira ou seguir o padrão escrito lusitano, estabelecido durante a primeira fase do Romantismo em Portugal? A solução escolhida foi conservadora, visando um discurso de unidade absoluta: o PB deveria se alinhar ao PE, ignorando as diferenças e tomando como referência os escritores lusitanos. Assim, na primeira metade do século XIX, começou a se estabelecer oficialmente no Brasil o fenômeno da diglossia, onde havia uma discrepância entre o que os brasileiros (mesmo os mais letrados) falavam e como deveriam escrever.

Pagotto (1998; 2011) revela essa atitude conservadora e unificadora, comparando a mudança de norma standard utilizada na redação dos textos das duas Constituições do século XIX, a do Império, de 1824, e a da República, de 1891. Da primeira para a segunda, observa-se uma nítida mudança em direção a uma gramática que possui mais características em comum com o português europeu moderno, descartando tanto os traços considerados conservadores quanto as inovações brasileiras presentes na Constituição do Império⁷. Essa questão linguística ligada à procura de uma norma brasileira se torna urgente no começo do século XX, assim como confirmam as palavras que Mário de Andrade escreve, entre 1924 e 1929, no Prefácio do seu projeto editorial *A Gramatiquinha da Fala Brasileira*:

O que se dá é que o português comum quando escreve, escreve o que aprendeu nas gramáticas e que ele *fala todo o dia*, enquanto o brasileiro se vê obrigado a abandonar o que fala todo o dia pra se lembrar das regras da gramática que mecanicamente aprendeu na escola e de que pouco se utilizou (Andrade, [2022], p. 16)

Quanto às inovações brasileiras, Tarallo (1993), diagnosticando a emergência de uma gramática brasileira no século XIX, destaca quatro casos de diferenciação e distanciamento entre as duas variedades nacionais da língua portuguesa: o PE e PB, que observamos a seguir:

- a re-organização do sistema pronominal que teve como conseqüências mais importantes a implementação de objetos nulos no sistema brasileiro de um lado, e sujeitos lexicais mais freqüentes de outro (...);
- a mudança sintática ocorrida nas estratégias de relativização como conseqüência direta da mudança no sistema pronominal (...);
- a re-organização dos padrões sentenciais básicos (...) e, diretamente relacionado a esta ordem SVO rígida em estado de emergência à época, o enrijecimento do princípio de adjacência na marcação do acusativo (...);
- e uma quarta mudança no sistema brasileiro, diretamente ligada às três anteriores, será apresentada como evidência cabal de que os dois sistemas continuam a distanciar-se um do outro: os padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas (Tarallo, 1993, p. 70).

7 A ascensão a Império data de 1822 e a Proclamação da República ocorreu em 1889.

Dos quatro traços destacados por Tarallo, é o primeiro que mais interessa para o nosso estudo, ou seja, a reorganização do sistema pronominal com a implementação de sujeitos lexicais. De fato, a pronominalização da forma alocutória VOCÊ e a sua inserção no sistema pronominal (sincretismo da 2PS e 3PS e da 2PP e da 3PP) revelam o processo de mudança no que diz respeito à representação do sujeito pronominal. No PB há uma preferência pela realização fonética do sujeito, em decorrência da redução do paradigma flexional do verbo (de 6 a 3/4 formas), conforme a hipótese de Duarte (1993, 1995). Isto quer dizer que estamos diante de uma mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, de língua pro-drop a língua pro-drop parcial, cuja consequência principal é uma mudança na representação (e na realização morfo-fonética) dos sujeitos pronominais de referência definida e cujo efeito colateral é uma implementação também de formas pronominais nominativas de referência indefinida (genérica e arbitrária).

4. O que dizem os dados?

Nesta seção, descrevemos os pressupostos metodológicos que irão orientar nossa análise. Decidimos analisar o emprego das estratégias de indeterminação em variedades diamésica escritas e transmitidas em gêneros totalmente diferentes, mas altamente monitorados, ao longo dos séculos XVIII-XXI. Para o século XVIII, analisamos a escrita de três estatutos acadêmicos; para os séculos XIX-XX, usamos os resultados das análises de Cavalcante (1999) e de Duarte (2007) sobre a escrita jornalística e para o século XXI usamos uma amostra de fala especializada *web-mediated* (Academic talk videos), que faz parte do Corpus I-Fala (De Rosa, 2010).

4.1 A escrita academicista (século XVIII)

Entre os documentos que fazem parte da produção acadêmica do século XVIII, foram selecionados apenas três documentos de natureza não ficcional, caracterizados por um alto grau de monitoramento estilístico e formalidade: *Estatutos da Academia Brasílica dos Esquecidos*, de 1724, *Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos*, de 1759, e *Estatutos Da Sociedade Literária Do Rio De Janeiro*, de 1786. Esses documentos foram produzidos em um contexto linguístico altamente supervisionado, de modo que a sintaxe frasal e os fenômenos gramaticais nos textos em questão deveriam ser afetados o mínimo possível pelos usos pessoais dos autores.

No primeiro documento, *Estatutos da Academia Brasílica dos Esquecidos* (1724), encontramos apenas 9 ocorrências, devido também ao fato que a “Notícia da Fundação” não passa de duas páginas. Se trata de dois casos de SE+3PP e de sete casos de SE+3PS. Vejam-se os exemplos:

- (1) “Tomaram por matéria principal de seus estudos a · História Brasílica dividida em quatro partes, a natural que corre por conta do já nomeado chanceler, a militar que **se_{arb}** encarregou ao Douto Juiz de Fora, a eclesiástica cujo emprêgo **se_{arb}** deu ao Reverendo Gonçalo Soares da Franca, e a política cuja incumbência caiu em sorte ao Ouvidor Geral do Cível.” (Castello, 1969, vol. I, t. I, p. 3)
- (2) “Ficou por estatuto que em obséquio dos engenhos poéticos **se_{arb}** dariam para tôdas as conferências dois argumentos ou assuntos, um heróico, outro lírico.” (Castello, 1969, vol. I, t. I, p. 4)

No segundo documento, *Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos* (1759), o número de ocorrências é bem superior, chegando a um total de 114 ocorrências. De fato, esse documento foi escrito em dois momentos distintos: o primeiro, em 2 de junho de 1759 e composto por 61 itens e 20 parágrafos e o segundo, em 21 de julho de 1759 e composto por quatro parágrafos e três itens.

Nesse documento, além de encontrar 72 ocorrências de SE+3PS:

- (3) “Vagando lugar numerario **se**_{gen} elegerá para elle por escrutinio um dos supranumerarios” (Estatutos..., 1882, p. 53),

e 41 ocorrências de SE+3PP:

- (4) “O director prezidirá em todas as conferencias, que **se**_{arb} fizerem no seu ano. (Revista IHBG, 1882, p. 53),

encontramos também uma ocorrência de Ø+3PP:

- (5) “Todos os quinze dias, principiando no segundo sabado depois de 13 de Maio, haverá uma conferencia no lugar, que **destinarem**_{arb} para as particulares, ás quaes se ha de entrar pelas trez horas da tarde” (Estatutos..., 1882, p. 61).

No entanto, o que despertou nossa atenção foi a identificação de uma construção altamente ambígua que apresenta todas as características de uma estrutura de indeterminação do sujeito Ø+3PS:

- (6) “Sem a Historia, nem **se** temeria a infamia pela facilidade, com que **Ø podia**_{3PS} **esquecer**, nem seria muito estimavel a gloria de emprehender as ações grandes, durando pouco tempo a lembrança das heroicidades” (Estatutos..., 1882, p. 51).

Se trata de uma estratégia de indeterminação do sujeito que não é contemplada pela Gramática Tradicional, assim como as formas pronominais nominativas expressas (VOCÊ, A GENTE, NÓS e ELES). Essa estratégia é registrada apenas no português brasileiro contemporâneo, quase exclusivamente na linguagem falada. No entanto, devido ao fato de ser um fenômeno bastante recente, consideramos a possibilidade de que o primeiro “SE” na frase (“...nem se temeria a infamia...”) também governe a segunda estratégia de indeterminação e incluímos a ocorrência no computo das construções SE+3PS.

No terceiro documento, *Estatutos Da Sociedade Literária Do Rio De Janeiro (1786)*, composto por 38 itens, encontramos 22 ocorrências de estratégias de indeterminação do sujeito. As estratégias compreendem:

15 casos de SE+3PS:

- (7) “A eleição de Secretário **se**_{gen} fará em plena Assembléia” (Castello, 1969, vol I, t. 6, p. 237);

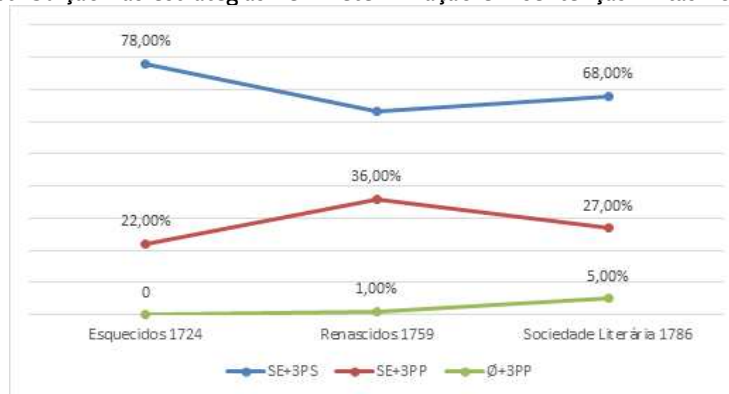
6 casos de SE+3PP:

- (8) “Nas matérias, que **se**_{arb} houverem de propor à Sociedade, deliberar, ou julgar, terá dois votos em caso de empate” (Castello, 1969, vol I, t. 6, p. 237);

e 1 caso de Ø+3PP:

- (9) “**Ø**_{arb} ajuntarão as sortes compostas de bilhetes com os nomes de todos os Sócios (Castello, 1969, vol I, t. 6, p. 237).

Gráfico I Distribuição das estratégias de indeterminação em sentenças finitas nos três estatutos



Fonte: Autor (2024)

Como se vê do gráfico, as duas estratégias SE+3PS e SE+3PP são as mais utilizadas, com a estratégia Ø+3PP que começa a aumentar em termos percentuais, enquanto não foram encontradas estratégias de indeterminação do sujeito com formas pronominais nominativas.

4.2 A escrita jornalística (séculos XIX e XX)

Para os séculos XIX e XX, contemplamos a escrita jornalística que, no Brasil desses dois séculos, desempenhou um papel importante e, às vezes, até crucial. De fato, mais do que um meio de informação, midiática transmissão de mensagens, as publicações da época também eram um todo social, político e cultural que inovou e até fomentou debates públicos em torno de questões como liberdade, cidadania, direitos humanos e políticos veiculando essas questões através de uma norma mais padronizada. No século XIX, quando a maior parte da população do país ainda vivia sob o regime monárquico e a educação era um privilégio, a imprensa se tornou um dos principais locais para as vozes locais. O mesmo pode ser afirmado para o século XX, especialmente a segunda metade, quando o Brasil estava enfrentando seu processo de redemocratização e desfrutava de uma sociedade cada vez mais alfabetizada.

Por esta razão, as análises de Cavalcante (1999) e Duarte (2007) sobre o emprego de estratégias de indeterminação na escrita jornalística são muito relevantes para entender a evolução dessas estratégias na escrita mais padronizada.

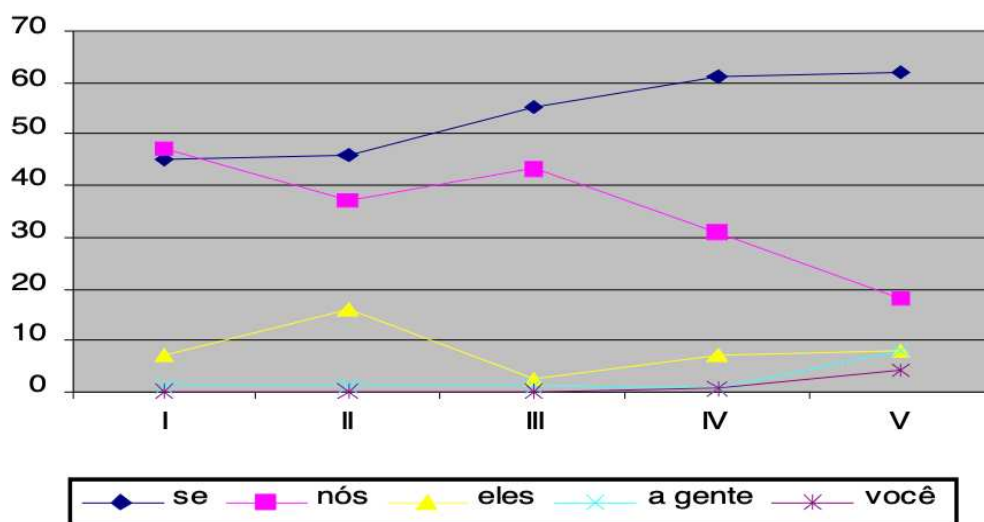
No estudo de Cavalcante (1999), foram delimitados cinco períodos de tempo distintos: o Período I (1848-1869), que corresponde à estabilização do Império; o Período II (1891-1910), que corresponde à proclamação da República (1889); o Período III (1935-1942), que corresponde ao Estado Novo; o Período IV (1964-1968), que corresponde ao golpe militar e à primeira fase da ditadura e o Período V (1996-1998), que corresponde à fase mais recente da pesquisa e chega até o final do século XX.

Esses cinco períodos cruzam dois séculos fundamentais, conforme Pagotto (1998), para a formação de uma norma culta brasileira, de uma variedade mais padronizada utilizada também nos jornais: uma primeira fase, do final do século XIX até os anos 30, e uma segunda fase, a partir da segunda metade dos anos '40.

No gráfico que segue, estão sintetizados os resultados da análise de Cavalcante (1999).

Como emerge nitidamente, há estratégias de indeterminação mais padronizadas, como o SE, IPP_{mos} e a 3PP, e estratégias menos padronizadas como A GENTE e VOCÊ.

Gráfico 2 Distribuição das estratégias de indeterminação em sentenças finitas por período de tempo

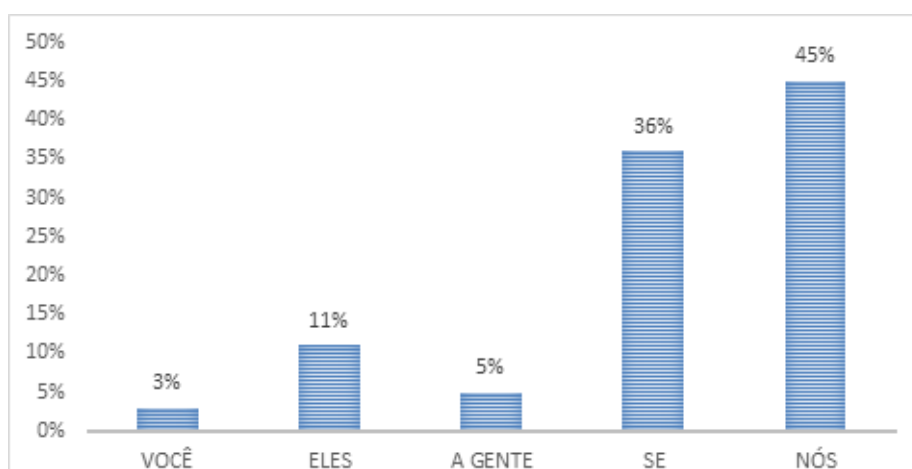


Fonte: Cavalcante 1999, p. 11

As duas estratégias mais empregada na escrita jornalística ao longo dos cinco períodos são o SE e a IPP_{mos}, com essa última estratégia que, com uma curva descendente, passa de 47% do primeiro período a 17% do último período, enquanto o SE, com uma curva ascendente, passa de 46% do primeiro período a 62% do último período.

Duarte (2007) analisa o emprego de estratégias de indeterminação na escrita jornalística carioca (textos de opinião, crônicas e reportagens) com o objetivo de buscar evidências da implementação também na escrita mais monitorada de estratégias de indeterminação típicas da fala.

Gráfico 3 Distribuição das estratégias de indeterminação em sentenças finitas na escrita jornalística carioca



Fonte: Duarte (2007)

Nessa análise se confirma o fato de o clítico SE e a IPP_{mos} serem as estratégias mais utilizadas, mesmo se com posições invertidas, sendo o NÓS a estratégia mais empregada com 45% de ocorrências. Em analisar esses resultados, Duarte (2007, p. 106) evidencia que esses dois resultados mostram e demonstram a pressão normativa, sendo o SE uma estratégia muito distante do uso registrado nas variedades cultas urbanas mais monitoradas (tanto na fala, quanto na escrita) e a IPP_{mos}, com pronome preferencialmente nulo, uma estratégia que contraria a mudança paramétrica do PB que está se transformando em língua PRO-DROP parcial.

Enfim, as estratégias com VOCÊ e A GENTE, presentes tanto na amostra de Cavalcante (1999), quanto na amostra de Duarte (2007), começam a se implementar na escrita mais monitorada, mesmo se lentamente.

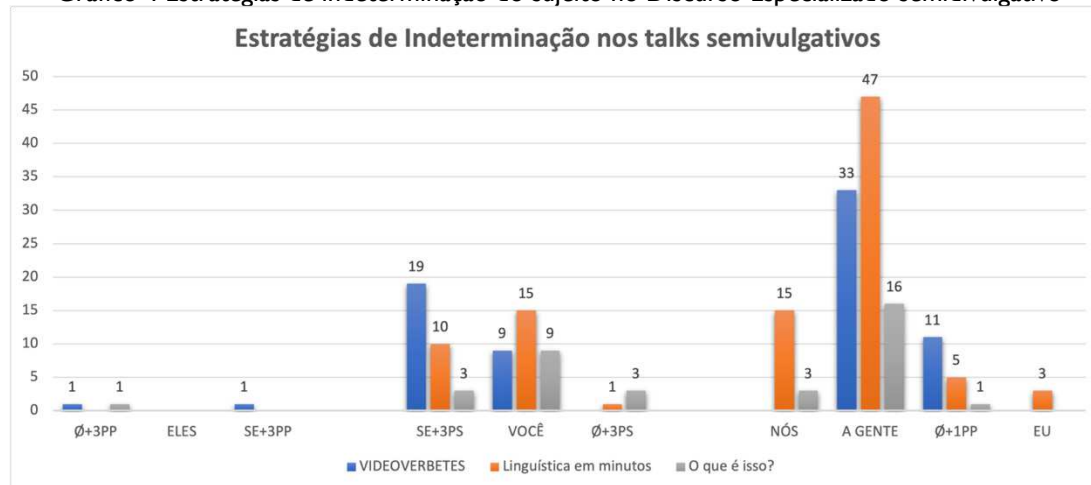
4.3 A fala especializada *web-mediated* (séculos XXI)

Para o século XXI, analisamos a fala especializada *web-mediated*, uma variedade diamésica transmitida (que oscila entre fala e escrita) altamente monitorada. A fala especializada *web-mediated* dos *Academic talk videos* da nossa amostra, sendo uma linguagem especializada (LSP), é identificada principalmente pela dimensão de variação diatemática - pelos conteúdos - e pela dimensão de variação diafásica - ligada à situação comunicativa e à relação entre locutor/speaker e destinatários - que leva à escolha de um determinado registro linguístico (dentro do *continuum* [+formal] [-formal]) ou de traços léxicos/sintáticos específicos. Ainda, sendo uma fala especializada *web-mediated* [+/-monitorada] e [+/-formal], a dimensão de variação diamésica, conforme o meio, o canal de transmissão utilizado e a modalidade de língua, resulta ser fundamental para poder analisar essa variedade linguística.

Para a análise da fala especializada utilizamos 27 transcrições de *Academic talk videos* extraídos do Corpus de Fala Acadêmica Monitorada PB-FAM.⁸ Os *Academic talk videos* são eventos comunicativos planejados, quase sempre de natureza monológica, nos quais o locutor pode utilizar recursos multimodais, mesmo se limitados às imagens, e uma LSP: a fala especializada *web-mediated*, que oscila entre um registro [+/-formal] (De Rosa, 2020a, 2020b). Essa variedade diamésica pode ser considerada uma LSP devido ao seu alto grau de especialidade e pelo fato de apresentar um léxico específico e especializadas modalidades próprias para a formação de neologismos ou para estruturar os textos.

Nessa amostra computamos 206 ocorrências. No gráfico que segue, evidenciamos a distribuição das estratégias de indeterminação do sujeito que consideramos na nossa análise: (ELES), SE+3PP, SE+3PS, (VOCÊ), Ø+3PS, (NÓS), (A GENTE), (EU),⁹ divididas por tipologia de *Academic talk videos* nas sentenças finitas.

Gráfico 4 Estratégias de indeterminação do sujeito no Discurso Especializado semidivulgativo



Fonte: Autor (2024)

Como se destaca no gráfico, as duas gramáticas, a conservadora e a inovadora, convivem na fala especializada semidivulgativa com as estratégias standard (SE+3P e ELES) que chegam a 34 em 206 ocorrências, com um índice de quase 17%.

A tal propósito, Duarte (2007, pp. 105-106) afirma que na escrita padrão a análise dos sujeitos de referência indeterminada "mostra que a escrita dos jornais brasileiros, nos gêneros focalizados, não se aproxima da fala; ao contrário, privilegia (...) o clítico se e as formas de primeira e 3ª pessoas

8 12 *Academic talk videos* da série "Videoverbetes", canal oficial da Encidis, gravados entre 2019 e 2020; 7 *talks* da série "Linguística em minutos" do canal Projeto Linguística e Ensino, gravados em 2022; 8 *talks* da série "O que é isso?" do canal *Ciência na rua*, gravados em 2018.

9 Colocamos as formas nominativas entre parênteses, porque computamos tanto as formas plenas, quanto as formas nulas.

do plural com o pronome preferencialmente nulo”. Isso se reflete também na nossa amostra, em que essas três estratégias juntas, SE+3P, ELES e IPP_{mos}, em desuso na fala, chegam a um índice de 33,4% (69 em 206 ocorrências). Vejam-se os exemplos:

(10) Esse gesto analítico que **se**_{gen} faz ao compreender uma formação discursiva...
(PBFAM-FF-VV8)

(11) Seja o Estado, pode-**se**_{arb} propor qualquer objetivo, mas o que o distingue de outras comunidades humanas é que ele faz uso legítimo da violência física, coisa que nenhuma outra comunidade humana poderia fazer.
(PBFAM-FF-OQ11)

(12) Mas, do ponto de vista eh... da... de como me Ø **perguntam**_{arb} muitas vezes...
(PBFAM-FF-OQ17)

(13) Então, como, na verdade, Ø **sustentamos** as... as instituições políticas existentes...
(PBFAM-FF-OQ12)

Dentro de um contexto discursivo [+monitorado], como é o caso do Discurso Especializado semidivulgativo, ainda podemos encontrar vestígios da coocorrência entre as estratégias padrão ELES e SE+3PS (Vargas, 2012, p. 57), mesmo não estando em concorrência, não podendo se considerar intercambiáveis, porque não apresentam a mesma referência de indeterminação (Lunguinho e Medeiros Junior, 2009).

(14) ...como Ø não **disseram**_{arb} o que é que **se**_{gen} ganhou, quem é que ganhou...
(PBFAM-FF-VV1)

A tal propósito, é importante evidenciar que o clítico SE pode ter tanto referência genérica, quanto referência arbitrária, estando, nesse último caso, “em variação com o verbo na 3ª pessoa do plural ou com o pronome nominativo ‘eles’ expresso e ainda com o verbo na 3ª pessoa do singular sem qualquer marca” (Duarte et alii, 2021, pp. 158-159). Todavia, precisa evidenciar que, na nossa amostra, apenas 8 em 33 construções com o clítico SE apresentam referência arbitrária, isto é, 24% das ocorrências desse tipo de estratégia. Vejam-se os exemplos:

(15) ...a sintaxe passa a ter uma relevância no procedimento de análise que não tinha na “Análise automática” de 1969, onde **se**_{arb} produzia um processo de desintagmatização para a construção do objeto discursivo.
(PBFAM-FF-VV8)

(16) ...há duas, basicamente duas, interpretações fonológicas para as vogais do português, uma mais antiga, em que **se**_{arb} defende que o português apresenta 12 fonemas vocálicos...
(PBFAM-FF-LM4)

Os nossos dados confirmariam quanto já evidenciado em Lunguinho e Medeiros Jr. (2009) e em Marins, Soares da Silva e Duarte (2017), ou seja, que as duas estratégias standard não estariam mais em variação, em concorrência, mas seriam complementares na medida em que se especializaram a representar as duas referências opostas: genérica, o clítico SE, e arbitrária, ELES.

Como já apontamos, as formas pronominais que pertencem ao terceiro grupo (IP +/-plural) compartilham a referência genérica (incluindo necessariamente o locutor) e o traço

semi-inclusivo (podendo incluir ou não o alocutário). Contudo, se a IPP_{mos}, mesmo sendo uma forma pronominal, resulta ser integrada num contexto discursivo [+monitorado], a forma pronominal A GENTE, inovadora quanto a forma VOCÊ, resulta ser ainda uma estratégia pouco empregada em gêneros discursivos escritos [+monitorados], mesmo que seu uso esteja se implementando.

Essa implementação do emprego da forma A GENTE, lenta e gradual nas variedades escritas [+monitoradas] do PB, se confirma na fala especializada semidivulgativa da nossa amostra onde chega a um emprego muito amplo com 96 em 206 ocorrências, com um índice de quase 47%. Contudo, apesar desse índice de emprego tão alto, não se trata de um uso exclusivo, de fato, a cada três ocorrências de A GENTE corresponde uma ocorrência da IPP_{mos} (nula ou expressa), como se destaca claramente no gráfico 3. Isso confirmaria, de um lado, que em um contexto discursivo [+monitorado], na escrita padrão e na fala especializada semidivulgativa, a IPP_{mos} continua sendo uma opção de indeterminação e, do outro, que, sendo a segunda opção da IPP, “*nós* constitui a escolha para uma indicação mais definida, enquanto *a gente* pode efetuar uma referência mais indeterminada, mesmo que essa expressão continue sendo usada, claramente, em referência à primeira pessoa” (Ilari, Franchi, Neves e Possenti, 1996, p. 93). Entretanto, estes resultados não se refletem nos dados da fala espontânea, na qual, além de não se repetir a coocorrência e concorrência entre A GENTE e NÓS, a IPP_{mos} está em processo de extinção na fala dos <30 (Duarte, 1993, 1995). Vejam-se os exemplos:

- (17) ela tem elementos que são fixos e aqui um local, né?, que **a gente** chama de slot.
(PBFAM-FF-LM2)
- (18) Quando **a gente** se espanta diante do cotidiano e Ø **percebe** que as explicações
(PBFAM-FF-OQ14)

Pelo que se refere ao uso da IPS, EU, que faz ainda parte do terceiro grupo, devido ao fato de ter encontrado apenas três ocorrências, não podemos tentar fazer algum tipo de generalização, sobretudo porque duas das três ocorrências são registradas no mesmo talk e podem ser consideradas mais como uma escolha estilística. Vejam-se os exemplos:

- (19) “X-mente”, **eu** tenho “frequentemente”, “totalmente”, “claramente”, então no lugar do X aparece, pode aparecer qualquer adjetivo.
(PBFAM-FF-LM2)

Todavia, apesar do limite das três ocorrências, concordamos com Marins, Soares da Silva e Duarte (2017, p. 164), sobre o fato que o emprego de EU, da IPS, torna a experiência mais real, pelo fato que o locutor/speaker “offers an example to the proposed situation in the discourse, (...) showing it could be lived by any person, including himself/herself, therefore limiting the generic reference.”

Ao segundo grupo, além do clítico SE+3PS, pertencem também a forma nominativa VOCÊ e o sujeito nulo indeterminado Ø+3PS. Essa última estratégia, assim como o clítico SE, pode apresentar tanto referência arbitrária, quanto referência genérica. Contudo, as quatro ocorrências presentes na nossa amostra apresentam referência genérica. A seguir os exemplos:

- (20) para ser linguista, Ø_{gen} **tem** que fazer uma graduação, o mestrado, o doutorado, então, né? precisamos de uma área um pouco, de uma formação consolidada.
(PBFAM-FF-LM3)
- (21) Acho que Ø_{gen} **não pode** pensar à política somente a partir do que alguns interpretam como a ciência política.
(PBFAM-FF-OQ18)

A última forma nominativa que analisamos é VOCÊ. Essa estratégia de indeterminação do sujeito – que apresenta uma referência genérica e inclusiva, sendo em origem uma forma alocutória – resulta ser a estratégia preferida pelos falantes brasileiros tanto na fala culta urbana, com índice de 44%, quanto na fala popular com índices entre 45% e 49% (Duarte, 2007, p. 103). Entretanto, nos *Academic talk videos*, principalmente pela tipologia de gênero textual monológico centrado no locutor, computamos apenas 33 em 206 ocorrências, com um índice de 16%. Vejam-se os exemplos:

(22) Então, a partir de agora, se alguém perguntar pra você se a sociolinguística é uma metodologia ou uma teoria, **você** já sabe dizer que ela é uma teoria e que tem, como qualquer outra teoria, uma metodologia própria pra fundamentar os seus princípios e as suas hipóteses. (PBFAM-FF-LM6)

(23) Então qualquer gesto que **você** faça, qualquer ação que **você** faça, pode significar ou não. (PBFAM-FF-VV9)

Todavia, se somarmos os dados relativos às duas formas nominativas mais inovadoras, ou seja, A GENTE (com 96 ocorrências) e VOCÊ (com 33 ocorrências), chegamos a 129 em 206 ocorrências, ou seja, um índice de 62%.

5. Considerações Finais

A análise dos dados que apresentamos confirma nossa hipótese inicial, isto é, na representação do sujeito indeterminado, se passa de um emprego:

- a) quase prevalente, de duas estratégias (o clítico SE e a 3PP – nominativo e passivo com concordância), no século XVIII;
- b) a um emprego de mais estratégias, com a presença de formas pronominais nominativas (ainda com índices baixos), no século XIX e no século XX nas amostras de escrita jornalística (Cavalcante, 1999; Duarte 2007), com uma prevalência de uso das estratégias mais padronizadas, com uma especialização em termos do traço [genérico]/[arbitrário]: clítico SE [+genérico] e 3PP [+arbitrário];
- c) a um emprego de mais estratégias com a implementação de formas pronominais nominativas que se tornam as mais utilizadas na fala especializada *web-mediated*, no século XXI, com uma especialização em termos do traço [genérico]/[arbitrário]: SE, VOCÊ, A GENTE, NÓS, EU [+genérico] e 3PP [+arbitrário];

Aquilo que se registra na passagem do século XIX ao século XX é que nos gêneros escritos e mais monitorados, apesar da implementação das formas pronominais nominativas, se registra ainda o uso de estratégias mais padronizadas: SE+3P e 3PP, que são formas muito raras na fala culta urbana e quase extintas na fala popular do PB (Marins, Soares da Silva e Duarte, 2017).

De fato, nos gêneros escritos ou falados [+monitorados], que fazem parte das nossas amostras, temos um quadro bastante articulado e complexo, que inclui tanto formas conservadoras, em desuso na fala culta urbana, quanto formas inovadoras. Esse set de estratégias confirma, nas palavras de Kato (2019), “que o brasileiro letrado se comporta como um bilíngue fazendo uso da gramática falada atual/inovadora e da gramática da escrita (...) em um processo de *code-switching*”, principalmente na escrita e em gêneros falados [+monitorados].

Podemos concluir confirmando quanto já apontado por Kato (2005, 2019), Duarte (2007, 2023) e Duarte e Serra (2015), entre outros, que, também no que diz respeito às estratégias de indeterminação do sujeito, a gramática do falante culto urbano brasileiro não corresponde exclusi-

vamente a uma gramática padrão, “nem a uma gramática de um falante letrado do passado” (Kato, 2005, p. 136). O que emerge no falante culto urbano brasileiro contemporâneo é uma competição de gramáticas, devido à possibilidade de ter acesso indireto a “uma periferia marcada onde valores paramétricos opostos ao da gramática nuclear podem estar presentes, (...) valores esses que podem assumir um valor competitivo, durante a escolarização” (Kato, 2005, p. 131).

Referências

- Amaral, E.T.R. & Mihatsch, W. (2023). Portuguese a pessoa and uma pessoa: Emerging inclusive impersonals. In P. Posio & P. Herbeck. (eds.), *Referring to discourse participants in Ibero-Romance languages*. (pp. 107–146). Language Science Press.
- Avelar, J.O. de. (2023). On pronominal uses of *geral* in Brazilian Portuguese. In P. Posio & P. Herbeck, (eds.), *Referring to discourse participants in Ibero-Romance languages*. (pp. 177–202). Language Science Press.
- Bechara, E. (1977). *Moderna Gramática Portuguesa*. Editora Nacional.
- Bechara, E. (2004). *Moderna Gramática Portuguesa*. Ed. Lucerna.
- Castello, J.A. (1969). *O Movimento Academicista no Brasil 1641-1820/22*. Conselho Estadual de Cultura.
- Cavalcante, S. (1999). *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Cavalcante, S. (2007). O sujeito nulo de referência indeterminada na fala culta carioca. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. v.2, 63-82. <https://doi.org/10.35520/diadorim.2007.v2n0a3851>
- Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Foris.
- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. The MIT Press.
- Couto, M.A. (2005). *Estratégias pronominais de indeterminação do agente*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Cunha, C. & Cintra, L. (1975). *Nova gramática do português contemporâneo*. Lexicon.
- De Rosa, G.L. et al. (2010), *I-FALA Luso-Brazilian Film Dialogues as a resource for L1 & L2 Learning and Linguistic Research*.
- De Rosa, G.L. (2011). Reflexos do processo de restandardização do PB no falado fílmico brasileiro contemporâneo. In A. Soares da Silva; A. Torres & M. Gonçalves (eds.). *Pluricentric Languages: Linguistic Variation and Sociognitive Dimensions*. (pp. 377-392). Aletheia, Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- De Rosa, G.L. (2012). *Mondi Doppia. Tradurre l'audiovisivo dal portoghese tra variazione linguistica e problematiche traduttive*, Franco Angeli.
- De Rosa, G.L. (2020a). Características da fala acadêmica monitorada no Brasil: os videoverbetes da ENCIDIS entre PB técnico-científico e PB neo-standard. *Cultura Latinoamericana. Revista de Estudos Interculturales*. 32 (2), 238-261. <http://dx.doi.org/10.14718/CulturaLatinoam.2020.32.2.10>
- De Rosa, G.L. (2020b). O discurso científico mediado pela web. Legendar videoverbetes entre tipologias textuais, línguas especiais e problemáticas tradutórias. *Lingue e Linguaggi*. 35, 29-45. <http://dx.doi.org/10.1285/i22390359v35p29>
- De Rosa, G.L. & Desantis, M. (no prelo). *Estratégias de indeterminação do sujeito no Discurso especializado web-mediated*.
- Duarte, I. (2003). Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In M.H.M. Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. (pp. 275-321). Caminho.
- Duarte, I. (2013). Construções ativas, passivas, incoativas e médias. In E. Raposo et al. *Gramática do Português*. Vol. I. (pp. 429-458). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Duarte, M.E.L. (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito nulo no português do Brasil. In I. Roberts, & M.A. Kato (eds.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. (pp. 107-128). Editora da Unicamp.

- Duarte, M.E.L. (1995). *A perda do princípio Evite Pronome no português brasileiro*. [Tese de doutorado]. UNICAMP.
- Duarte, M.E.L. (2000). The loss of the 'avoid pronoun' principle in Brazilian Portuguese. In M.A. Kato, & E.V. Negrão (orgs.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. (pp. 17-36). Vervuert/Iberoamericana.
- Duarte, M.E.L. (2007). Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. *Revista Linguística*. III, (1), 83-115.
- Duarte, M.E.L. (ed.) (2012). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. Parábola.
- Duarte M.E.L. (2016). Sociolinguística 'Paramétrica'. In M.C. Mollica & C. Ferrarezi Jr. (eds.). *Sociolinguística, sociolinguísticas – uma introdução*. (pp. 33-44). Editora Contexto.
- Duarte, M.E.L. (2023). Sobre algumas consequências do enfraquecimento da categoria concordância no português brasileiro. *Lingue e Linguaggi*. 57, 31-56. <http://dx.doi.org/10.1285/i22390359v57p31>
- Duarte, M.E.L. & Lopes, C. R. S. (2002). Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais no século XIX. In M.E.L. Duarte & D. Callou (orgs.). *Para a História do Português Brasileiro*, v. IV, Notícias de corpora e outros estudos.
- Duarte, M.E.L.; Kato, M. & Barbosa, P. (2003). Sujeitos indeterminados em PE e PB. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. 26, 405-409.
- Duarte, M.E.L. & Serra C.R. (2015). Gramática(s), ensino de português e adequação linguística. *Matruga*. XXII, 31-55.
- Duarte, M.E.L., Cardoso, M.C., Fernandes, U.S.B. & Marques de Sousa, A. A. (2021). A redução no quadro de clíticos de 3a. pessoa no português brasileiro: um estudo diacrônico. *Revista Labor histórico*. 4, 154-187. <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.44191>
- Egerland V. (2003). Impersonal pronouns in Scandinavian and Romance. *Working Papers in Scandinavian Syntax*, 71, 75-102.
- Faraco, C.A. (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. Parábola.
- Estatutos da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos: Estabelecida na Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de toda a América Portuguesa da qual há de escrever a História Universal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882.
- Galves, C. (1987). A sintaxe do português brasileiro. *Ensaio de Linguística*. 13, 31-49.
- Galves, C. (1998). *A gramática do Português Brasileiro*. Línguas e Instrumentos linguísticos, Editora Pontes.
- Guimarães, E. (2005). A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*. 57, 2, 24-28.
- Holmberg, A. & Phimsawat, O. (2017). Truly Minimal Pronouns. *Diadorim*, 19, 11-36. <https://doi.org/10.35520/diadorim.2017.v19n0a13512>
- Ilari, R., Franchi, C., Neves M.H.M. & Possenti, S. (1996). Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In A.T. Castilho & M. Basílio (Orgs.). *Gramática do português falado*. vol. IV. Estudos Descritivos. Editora da Unicamp.
- Kato, M.A. (1999). Strong and weak pronouns in the null subject parameter. *Probus*. 11(1) 1-38. <https://doi.org/10.1515/prbs.1999.11.1.1>
- Kato, M.A. (2005). A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In M.A. Marques, E. Koller, J. Koller & A.S. Lemos (orgs.). *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. (pp. 131-145). CEHUM.
- Kato, M.A. (2019). Português brasileiro: "Última flor do lácio, inculta e bela". *Revista da ABRALIN*, 1 (17), 52-80. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i1.509>
- Kato, M.A. (2020). As controvérsias sobre o sujeito nulo no português brasileiro. In V. Castagna & S. Quarezemin (eds.). *Da Linguística ao ensino: Travessias em Língua Portuguesa*. (pp. 75-92). Edizioni Ca' Foscari.
- Kato, M.A & Tarallo, F. (1986). Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In O. Jaeggli & C. Silva-Corvalan (eds.). *Studies in Romance Linguistics*. (pp. 343-358). Foris.
- Labov, W. (1994). *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Blackwell.

- Lunguinho, M.V. & Medeiros Junior, P. (2009). Inventou um novo tipo de sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. *Revista de Estudos em Língua e Literatura*. XXIII, 147-191.
- Marins, J., Soares da Silva, H. & Duarte M.E.L. Revisiting DUARTE (1995). For a Gradient Analysis of Indeterminate Subjects in Brazilian Portuguese. *Diadorim*. 18, 140-172. <https://doi.org/10.35520/diadorim.2017.v19n0a13602>
- Martins, A.M. & Jairo, N. (2016). Passives and Se Constructions. In L. Wetzels, S. Menuzzi & J. Costa (eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. (pp. 318-337). Wiley Blackwell.
- Mateus, M.H.M et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Caminho.
- Mattoso Câmara Jr., J. (1976). *Princípios de Linguística Geral*. Livraria Acadêmica.
- Nascentes, A. ([1938] 1960). *O idioma nacional*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica.
- Nunes, J. M. (1990). *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. [Dissertação de mestrado]. Unicamp.
- Nunes, J. M. (1991). Se apassivador e se indeterminado: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 20, 33–57. <https://doi.org/10.20396/cel.v20i0.8636856>
- Pagotto, E.G. (1998). Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. (2), 49-68.
- Pagotto, E.G. (2011). Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In D. Callou, & A. Barbosa (orgs.). *A norma brasileira em construção: CARTAS A RUI BARBOSA (1866 a 1899)*. UFRJ/FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/Quartet Editora.
- Peres, J.A. & Móia, T. (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Caminho.
- Raposo, E. (2020). Concordância Verbal. In E. Raposo et al. *Gramática do Português*. Vol. III. (pp. 2425-2495). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raposo, E. & Uriagereka, J. (1996). Indefinite SE. *Natural Language & Linguistic Theor.* 14 (4), 749–810.
- Rocha Lima, C.H. ([1994] 1972). *Gramática normativa da língua portuguesa*. José Olympio.
- Said Ali, M. (1965). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Ed. Melhoramentos.
- Scherre, M.M.P. (2005). *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. Parábola.
- Tarallo, F. (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In I. Roberts & M.A. Kato (eds.). *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*. (pp. 69-105). Editora Unicamp.
- Vargas, A. de S.C. (2010). *Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Vargas, A. de S. C. (2012). A evolução na representação das estratégias pronominais de indeterminação. In M.E.L. Duarte (ed.). *O sujeito nulo em peças de teatro (1843-1992): estudos diacrônicos*. (pp. 45-68). Parábola Editorial.
- Weinreich, U., Labov, W. & Herzog, M. ([1968] 2006). Empirical foundations for a theory of language change. In W. Lehman & Y. Malkiel (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. (pp. 97-195). University of Texas.

Notas

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: G. L. De Rosa

Coleta de dados: G. L. De Rosa

Análise de dados: G. L. De Rosa

Discussão dos resultados: G. L. De Rosa

Revisão e aprovação: G. L. De Rosa

Conjunto de dados de pesquisa

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados desta pesquisa, que não estão expressos neste trabalho, poderão ser disponibilizados pelo(s) autor(es) mediante solicitação.

Licença de uso

Os autores cedem à Cadernos de Tradução os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (por exemplo: publicar em repositório institucional, em website pessoal, em redes sociais acadêmicas, publicar uma tradução, ou, ainda, republicar o trabalho como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Publisher

Cadernos de Tradução é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista Cadernos de Tradução é hospedada pelo [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

Andrea Ragusa

Alice Girotto

Editores de seção

Andréia Guerini - Ingrid Bignardi

Revisão de normas técnicas

Ingrid Bignardi

Histórico

Recebido em: 03-07-2024

Aprovado em: 21-08-2024

Revisado em: 13-09-2024

Publicado em: Setembro de 2024

